

# MECANIZAÇÃO DA AGRICULTURA E AS OBRAS FARAÔNICAS DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL

Impactos e Resistências no Oeste  
do Paraná (1978-1981)

**HIOLLY BATISTA JANUÁRIO DE SOUZA\***

## RESUMO

O texto aborda a questão da mecanização da agricultura e dos grandes projetos postos em prática pela ditadura civil-militar que se iniciou em abril de 1964. A partir da década de 1970 os dois movimentos acima citados ganharam força e se expandiram. O artigo se ocupa da mecanização do campo na região oeste do Paraná, mesmo local onde foi instalada a Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu, dos impactos destes projetos na vida dos camponeses locais e dos movimentos de resistência: Movimento Justiça e Paz (MJT) e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra no Oeste do Paraná.

## ABSTRACT

The text addresses the mechanization of agriculture and the great projects put into practice by the civil-military dictatorship that began in April 1964. Since the 1970s the two movements mentioned above have gained strength and expanded. The article deals with the mechanization of the field in the western region of Paraná, where the Itaipu Binational Hydroelectric Power Plant was installed, the impacts of these projects on the lives of local peasants and resistance movements: Justice and Peace Movement (MJT) and Movement of Landless Farmers in Western Paraná.

**Palavras-chave:** Mecanização da Agricultura; Itaipu; MJT e MASTRO.

**Keywords:** Mechanization of Agriculture; Itaipu; MJT and MASTRO

\*Mestra em História Social (PPGH-Unioeste/PR), professora da Educação Básica - SEDUC/MT.  
Email: hiollybatista8@gmail.com

## **Introdução<sup>1</sup>**

As modernizações conservadoras pelas quais o Brasil passou, desde o século XIX até nossos dias, tinham/têm como um slogan claro e objetivo a promoção do desenvolvimento econômico. No entanto, as formas como essas modernizações foram implantadas no país, em geral, valorizavam uma estrutura social excludente e que mantinha as mesmas classes dominantes no poder, apenas alternando as frações destas que estariam no topo da tomada de decisões e dos ganhos econômicos.

O texto que ora é apresentado se debruça sobre dois projetos que se enquadram nessa visão de “mudar tudo para não mudar nada”, focando no campo brasileiro das décadas de 1960-1980 no estado do Paraná, especificamente sobre a região oeste. São eles a mecanização da agricultura concretizada a partir do golpe civil-militar de 1964 e o governo ditatorial que o seguiu; e a criação da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu em conjunto com a ampliação do Parque Nacional de Itaipu e a criação do lago da usina, - tanto a construção da Usina quando de seu lago provocaram mudanças nos quadros social e geográfico do oeste paranaense.

O desenvolvimento deste artigo se faz sobre uma contextualização do período anterior ao golpe de abril de 1964 no país, a instalação da ditadura civil-militar<sup>2</sup> brasileira, seus projetos de modernização conservadora para o campo e as grandes obras, especificamente a construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu. Abordou-se, na última parte, dois movimentos de resistência a esses modelos: o Movimento Justiça e Terra (MJT) e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra no Oeste do Paraná (MASTRO), ambos organizados na região do oeste paranaense.

## **Ligas Camponesas, Histeria Anticomunista e o Golpe de 1964**

As movimentações dentro das classes dominantes brasileiras que levaram ao golpe civil-militar de abril de 1964 começaram a ser gestadas por frações destas ainda durante a década de 1950<sup>3</sup>. Foi durante o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, entre 1955-1960, que um estado tecnoburocrata baseado na associação entre capitais, nacional e estrangeiro, ganha força no Brasil. Para que isso ocorresse o estado brasileiro financiou o “Plano de Metas” que envolvia grandes projetos de industrialização e modernização para o Brasil, sob o slogan de “50 anos em 5”, no qual o país ganharia investimentos em áreas estratégicas como dos transportes e industrialização.

A combinação de interesses dos representantes nacionais e estrangeiros, donos dos capitais, ainda, pela década de 1950, esbarra numa parte nacionalista de políticos e empresários brasileiros, talvez, saudosos de Getúlio Vargas e de sua imagem, mais propagandística que real, de valorização do que era “brasileiro”, que se refletia na economia. O fato é que durante os governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e, mesmo, o início

---

1 O artigo tem por base minha dissertação “Mediação da Comissão Pastoral da Terra nos conflitos agrários do oeste paranaense (1964-1985)” defendida em maio de 2017 no PPGH-UNIOESTE/PR, orientada pelo Prof. Dr. Marcio Antonio Both da Silva.

2 O uso da expressão “civil-militar” é feita com base na análise de Demian Bezerra Melo sobre o trabalho de R. Dreifuss no qual o termo citado tem “civil... um sentido claramente classista. Entendendo esses civis como parte de uma elite organicamente ligada aos interesses do capital multinacional e associado [...]”. MELO, Demian Bezerra de. *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p.94-95.

3 NETO, Wenceslau Gonçalves. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1997, p.09.

---

---

do governo de João Goulart, foi impossível para os defensores da associação entre capital nacional e internacional, liderarem a economia e a política do país de acordo com seus anseios.

É justamente nesse contexto econômico que surgem, durante os anos de 1950, na região Nordeste, as Ligas Camponesas, movimento liderado por Francisco Julião e que lutava para que os camponeses brasileiros fossem reconhecidos pela legislação trabalhista e tivesse suas condições de trabalho, e vida, melhoradas por meio de políticas públicas e novas relações com seus empregadores, como a possibilidade de se organizarem em sindicatos. Havia no Brasil, desde 1943, legislação, -Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)-, que versava exclusivamente sobre os trabalhadores urbanos, excluindo os camponeses, que além de ficarem de fora das conquistas da CLT, como o direito a férias remuneradas, salários mínimo, jornada de trabalho de oito horas diárias, também não podiam, desde o ano de 1946, se organizarem em sindicatos, o que era proibida por lei.

Apesar de seu surgimento no nordeste brasileiro as Ligas Camponesas se espalharam por todo o interior do Brasil, um país ainda contava com a maior parcela de sua população habitante das áreas rurais. Entre os projetos propostos pelas Ligas havia a reivindicação de que se realizasse a Reforma Agrária, que estava prevista nas Reformas de Base do governo de João Goulart e que se avoluma com o crescimento das expulsões de camponeses de sua terra, acelerado durante a década de 1950 devido aos projetos, já iniciados de industrialização da agricultura<sup>4</sup>. Para Sonia Regina de Mendonça e Virgínia Fontes:

As Ligas Camponesas, abrangendo vasta parcela da região Nordeste, e organizações de trabalhadores rurais de outras regiões, buscavam resgatar seus direitos civis e legais, assumindo caráter sindical. Crescia o movimento dos 'sem-terra', exigindo desde a abolição de formas de trabalho tradicionais no campo, até melhorias salariais e infra-estruturais (sic) – escolas, esgotos, estradas, habitação<sup>5</sup>.

Assim, para parcelas da classe dominante, essas organizações de trabalhadores se tornara um problema que deveria ser sanado, da mesma maneira que os casos de corrupção, que eram vistos como um grande entrave para o desenvolvimento brasileiro. Soma-se a essas mobilizações camponesas as, hoje chamadas *fakenews*, da época que diziam que o Brasil poderia se tornar uma Cuba ou Nicarágua (de inícios do governo sandinista nos anos de 1980), caso algo não fosse feito para desmobilizar essas organizações reivindicativas de cunho social.

Não se pode esquecer que essa movimentação ocorreu no Brasil em meio à Guerra Fria<sup>6</sup>, período histórico de polarização global tendo, de um lado, os Estados Unidos da América (EUA) como representante do bloco capitalista, e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), representante de um Estado pós-capitalista<sup>7</sup>, mas que se propagandeava socialista. Essa espécie de histeria social, por assim dizer, que foi alardeada no Brasil à época do golpe de 1964 pode ser mais bem observada na imagem a seguir:

---

4 MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virgínia. *História do Brasil recente (1964-1992)*. São Paulo: Ed. Afiliada, 1996, p.19-20.

5 *Ibidem*, p.19.

6 Período que vai do fim da II Guerra mundial, em 1945, até a dissolução da URSS, em 1991.

7 Expressão do marxista húngaro I. Mészáros.



Capa da Folha de São Paulo de 07 de abril de 1964

Fonte: Acervo Folha

Temos a capa do jornal “Folha de São Paulo”, de 07 de abril de 1964, com o governo ainda sob o comando de P. Ranieiri Mazzilli, mas apresentando os indicativos do que se seguiria como a aprovação, pelo Senado, do voto indireto e, acima, se pode ler na seção “Nossa Opinião” a ideia de que as liberdades civis, dentre elas a liberdade de imprensa não seria afetada, que eram apenas boatos. Lê-se também que a Constituição de 1946 seria devidamente respeitada, algo que não se concretizou.

O passo para as classes dominantes se reorganizarem numa forma mais elaborada de Estado tecnoburocrático foi feita a primeiro de abril de 1964, com a destituição de João Goulart do poder, dando início a um governo liderado por setores militares e empresariais<sup>8</sup>, estes baseados na associação entre capital nacional e estrangeiro, que não tinha uma preocupação efetiva com a melhoria social da população brasileira. O fato é abordado da seguinte forma por S. R. de Mendonça e V. Fontes:

O golpe militar veio a representar a imediata destruição das mais importantes conquistas realizadas pelos trabalhadores. [...] Era o desmantelo, pela violência, de todas as organizações populares e a sujeição dos quadros intelectuais e da classe média que pudessem significar qualquer oposição ao regime ditatorial<sup>9</sup>.

Afastada, com o golpe civil-militar, os riscos de qualquer convulsão social debelada pelos

8 O primeiro governante imediatamente após o golpe de 1964 foi o civil Paschoal Ranieri Mazzilli, que governou o Brasil entre 02 e 15 de abril do citado ano. Mazzilli pertencia ao grupo que achava que a Constituição deveria ser seguida, mas como sua legislatura era apenas formal e o poder, de fato, estava com o Conselho Supremo da Revolução, composto por militares, nada pode fazer a não ser passar a faixa presidencial para o general Humberto de Alencar Castelo Branco. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

9 FONTES & MENDONÇA, *op.cit.*, p.20.

---

---

trabalhadores, rurais e urbanos. Tinha início no Brasil período de expansão da industrialização e dos grandes projetos, instituídos no campo e nas cidades, chamados de “faraônicos” por parte dos militares que acabaram por capitanear o posto de presidente da República, entre 1964-1985.

Para a aplicação desse modelo econômico o discurso de uma ciência totalmente apartada da política foi explorado pelos representantes do estado brasileiro durante a ditadura do último quartel do século XX. É sobre essa ideia de que a imparcialidade científica ratificaria os grandes projetos que se segue o artigo.

### **A Modernização Conservadora e Tecnificação: Armadilhas para Camponeses e um “Convite” à Migração**

Para prosseguir o texto que ora é apresentado há uma discussão que se reconhece ser, ainda hoje, necessária fazer, mesmo que brevemente, sobre a natureza das relações capitalistas e o surgimento do capitalismo. Há uma noção, especialmente fora dos muros acadêmicos, na qual o capitalismo surgiu com o ressurgimento das cidades europeias entre o final da Idade Média e o início da Idade Moderna. Entretanto, autores como a inglesa Ellen M. Wood<sup>10</sup> questionam essa relação naturalizada entre capitalismo e cidade.

Wood faz uma discussão sobre o fato de o processo histórico que levou ao surgimento do capitalismo se deu como um movimento relacional entre cidade e campo, e não apenas ter sido circunscrito à primeira. Eric Wolf vai dizer que “sob a influência da industrialização, a agricultura foi racionalizada e transformada numa empresa econômica voltada primariamente para a extração do máximo de rendimentos [...]”<sup>11</sup>.

A mecanização do campo brasileiro se deu, de forma mais intensa, durante a ditadura brasileira das décadas de 1960 até 1980, na qual não mais os políticos diziam o que era necessário fazer para que houvesse um aumento na colheita, mas se abriu espaço para os especialistas na área. Isto se deu num contexto mais amplo de um processo que ficou conhecido como Revolução Verde. Juliana Santili afirma que

A Revolução Verde associa insumos químicos (adubos e agrotóxicos), insumos mecânicos (tratores, colheitadeiras mecânicas, etc) e biológicos (variedades melhoradas [...]) Foram desenvolvidas variedades vegetais de alta produtividade que dependiam, entretanto, da adoção de um conjunto de práticas e insumos conhecido como “pacote tecnológico” da revolução verde (insumos químicos, agrotóxicos, irrigação, máquinas agrícolas etc). Foi criada também uma estrutura de crédito rural subsidiado e, paralelamente, uma estrutura de ensino, pesquisa e extensão rural associadas a esse modelo agrícola. Com o apoio de órgãos governamentais e organizações internacionais, a revolução verde expandiu-se rapidamente pelo mundo promovendo uma intensa padronização das práticas agrícolas e artificialização do meio ambiente<sup>12</sup>.

Há que se fazer um breve debate sobre a mecanização do campo brasileiro das décadas de 1960-1970. Pois, segundo Teixeira “o conceito de modernização não pode se restringir aos equipamentos usados e sim, deve levar em conta todo o processo de modificações ocorrido nas relações sociais de produção”<sup>13</sup> que afetaram camponeses brasileiros de todas as regiões

---

10 WOOD, Ellen Meikisins. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p.76.

11 WOLF, Eric. *Sociedades camponesas. Curso de Antropologia moderna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1970, p.58.

12 SANTILI, Juliana. *Agrobiodiversidade e o direito dos agricultores*. São Paulo: Peiropolis, 2009, p.25.

13 TEIXEIRA, Jodenir Calixto. *Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Três Lagoas – MS, v. 2, n. 2, 2005, p.02.*

transformando o quadro social de cidades, tiveram impacto direto no aumento das populações em lugares de periferia, etc.

No caso brasileiro, bem como de outros países da América Latina, segundo S. R. de Mendonça<sup>14</sup> o projeto de modernização da agricultura ganhou força ao final da Segunda Guerra Mundial, no qual o discurso do desenvolvimento foi

como uma representação que não só moldou os caminhos pelos quais a realidade era imaginada como também atuou fortemente junto a ela. [...] o discurso do desenvolvimento originou um eficiente aparato institucional voltado para a produção de conhecimento e o exercício de poder junto ao Terceiro Mundo<sup>15</sup>.

O discurso de que o desenvolvimento econômico deveria ser o carro-chefe das políticas públicas e das atividades empresariais deixava as questões sociais em segundo plano. O pensamento pode ser interpretado da seguinte forma: ao se avançar economicamente, as questões sociais seriam resolvidas paralelamente. Ou seja, primeiro haveria o ganho financeiro e, só depois, é que haveria a distribuição dessa riqueza acumulada com vistas a melhorias no campo social. Um dos expoentes dessa teoria é o ex-ministro Delfim Neto com a expressão “fazer o bolo crescer para depois dividi-lo”.

No Brasil a efetivação desse discurso se deu por meio do Estado que se ocupou de sua atribuição tradicional, isto é “o de defender as condições gerais que permitem a expansão do capital, legitimando e legalizando uma forma de ser, gerindo uma sociabilidade adequada, educando-a, além de coagir os renitentes pela violência, aberta ou discreta”<sup>16</sup>. Assim, em nosso país pudemos observar a execução da mecanização do campo e das obras faraônicas não respeitando as particularidades das populações locais, não tendo planejamentos para melhorias sociais e se sobrepondo aos que se opuseram a qualquer um dos projetos da ditadura.

Em agosto de 1985 o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) publicou o relatório “Consequências Sociais das Transformações Tecnológicas na Agricultura do Paraná”<sup>17</sup> no qual mencionava as forma como a mecanização havia repercutido sobre “grande parcela da população residente no meio rural, tanto em termos de aumento da concentração fundiária, quanto de redução do nível de emprego e aceleração da migração rural/urbana, além de intensificar a degradação do meio ambiente”<sup>18</sup>. O relatório assegura que:

As transformações que ocorreram na agricultura brasileira a partir da segunda metade dos anos 60, consubstanciadas no processo de modernização tecnológica do meio rural, além de obviamente estarem associadas às mudanças políticas geradas e impostas pelo Golpe Militar de 64 e à constituição do Estado Autoritário, emergem a partir dos seguintes movimentos: implantação e desenvolvimento de um sistema nacional de crédito agrícola, acoplado a uma série de outros instrumentos de política agrícola; consolidação de um complexo agroindustrial, marcado pelo desenvolvimento da indústria fornecedora de meios de produção para a agricultura, pela modernização e ampliação da indústria processadora de matérias-primas de origem agrícola e pelo privilégio às camadas médias e grandes de proprietários e produtores rurais; manutenção e aprofundamento da heterogeneidade estrutural da agricultura, destacando-se a formação de conglomerados de capitais na produção rural, bem como o aprofundamento de variadas formas de integração da pequena produção modernizada com os capitais agroindustriais, ao lado de um violento processo de exclusão/marginalização da grande

---

14 MENDONÇA, Sonia Regina de. *Ruralistas e burocratas: modernização e antirreforma agrária na América Latina*. In: GRACI, Graciela Bonassa; RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk (org.). *Vozes da terra: proprietários rurais, camponeses e burocratas na América Latina*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014, p.136-137.

15 *Ibidem*, p.137.

16 FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/ Ed. UFRJ, 2010, p.216.

17 Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES. *Consequências Sociais das Transformações Tecnológicas na Agricultura do Paraná*. Curitiba: Fundação Edson Vieira, 1985, p.30-32.

18 *Ibidem*, p.11.

---

---

maioria dos pequenos produtores e trabalhadores rurais desse movimento de modernização, tudo envolvido por um contexto político de rejeição de uma estratégia também baseada na reforma agrária; e transformação do mercado fundiário na direção de constituir parte do mercado financeiro<sup>19</sup>.

Esse trecho do relatório nos mostra a tônica que norteou a mecanização da agricultura durante a ditadura civil-militar brasileira e as consequências disto para os camponeses. Neste caso da situação dos camponeses paranaenses, mas que pode ser enquadrado na nossa realidade rural, salvo algumas nuances, durante o período de vigência da “Redentora”<sup>20</sup>, o privilegiamento de alguns setores que compunham os trabalhadores rurais e proprietários da época era feito, em dada medida, por meio dos extensionismo rural.

O extensionismo rural era desenvolvido como base na (re)educação dos camponeses, da difusão das novas tecnologias, a promoção de novas formas de trabalho, junto aos jovens, etc. Dentre as formas de trabalho desses técnicos, a região oeste do Paraná, contou com os Clubes 4-S que, segundo C. Wolfart, “constituíram-se num espaço de trabalho “pedagógico-educativo” especialmente voltado para as expectativas dos jovens, filhos dos produtores rurais no interior da extensão rural”<sup>21</sup>. A pesquisadora destaca que a sigla brasileira para os 4-S significava: saber, sentir, servir, saúde<sup>22</sup>. S. R. de Mendonça observa que

os extensionistas rurais [...] atuariam quer como pontas de lança da penetração do capitalismo no campo, quer como instrumentos de disciplinamento dos trabalhadores rurais, dificultando sua organização política autônoma<sup>23</sup>.

Em relatório do IPARDES<sup>24</sup>, anteriormente citado o extensionismo rural realizado no Brasil é criticado, pois o relatório o descreve assim:

nas áreas geográficas e produtos de mais rápida resposta aos incentivos fomentistas das políticas governamentais; a parcela majoritária dos produtores rurais, formada pelos agricultores mais pobres, foi desprezada pela programação no trabalho extensionista, também tendo-se abandonado o planejamento a partir das bases, bem como as atividades ditas sociais, incorporando-se a extensão rural na estratégia de desenvolvimento de caráter elitista e excludente [...] em correspondência com toda a estratégia desenvolvida para a administração pública como um todo, reflexo de regime político autoritário<sup>25</sup>.

Em meio a mecanização do campo das décadas de 1960-1970 é posto em prática os grandes projetos da ditadura. Dentre eles temos alguns de maior destaque como a construção da Ponte Presidente Costa e Silva (Ponte Rio-Niterói), a abertura da Rodovia Transamazônica (BR-230) e a construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu. Todos são projetos chamados de faraônicos que custaram não só milhões aos cofres públicos,

---

19 *Ibidem*, p.03-04.

20 PONTE PRETA, Stanislaw. *Febeapá: festival de besteiras que assola o país*. Rio de Janeiro: Agir, 2006, p.164. Stanislaw Ponte Preta é o alter-ego de Sérgio Porto, jornalista, radialista, humorista carioca que por meio da ironia retrava o cotidiano político brasileiro em meados dos anos de 1960. “Redentora” era a forma como ele se referia ao Golpe de abril de 1964, chamada pelos militares e seus apoiadores de Revolução.

21 WOLFART, Cíntia. “O novo já nasce velho”: os Clubes 4-S e a modernização da agricultura no oeste do Paraná (1950-1980). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2017, p.19.

22 *Ibidem*.

23 MENDONÇA, *op. cit.*, p.136.

24 Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES. *Consequências Sociais das Transformações Tecnológicas na Agricultura do Paraná*. Curitiba: Fundação Edson Vieira, 1985, p.31.

25 *Ibidem*, p.31-32.

mas também tiveram um custo social e ambiental incalculável. Para a consecução do texto o objeto de apreciação é a Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu e a criação de seu lago, pois fora construída em uma área na qual predominava a população rural que vivia, em geral, do trabalho na terra e que sofreu diretamente os impactos da edificação da mesma.

### **MJT E MASTRO: Resistências no Oeste**

Esta última parte, se encarrega de analisar os efeitos da mecanização da agricultura e dos grandes projetos da ditadura civil-militar sobre uma região específica do Brasil, a saber, o oeste do Estado do Paraná. Por região<sup>26</sup> oeste é utilizada a definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O mapa a seguir expõe a região objeto de estudo:



FORNTE: Mesorregiões geográficas – IPARDES.

Foi nessa região que, a partir do final da década de 1970, já no considerado período da distensão da ditadura civil-militar, que camponeses se organizaram contra as medidas do governo federal, lutando por reassentamentos na própria região de origem, a saber, o oeste paranaense ou por indenizações consideradas justas por eles, devido às desapropriações causadas por Itaipu e seu lago. Tanto o movimento organizado pela reivindicação de indenizações justas para os expropriados, o Movimento Justiça e Terra (MJT) e o que passou a questionar a estrutura fundiária e a exigir terras para os camponeses, Movimento do Agricultor Sem-Terra do Oeste Paranaense (MASTRO), ganharam visibilidade nacional, extrapolando as fronteiras paranaenses.

O Movimento Justiça e Terra despontou como reflexo da insatisfação dos camponeses com as medidas adotadas pelo governo para a criação da Usina de Itaipu. Segundo Guiomar Germani <sup>27</sup>, os camponeses, a princípio acreditavam que os acordos com os representantes jurídicos do empreendimento seriam favoráveis à eles, mas com o passar do tempo, o avanço das obras e os consecutivos descumprimentos por parte do governo, fez com que esses trabalhadores

<sup>26</sup> Discute-se as arbitrariedades sociais, étnicas, culturais em recortes oficiais sobre o que seria uma região, mas, em virtude do texto ser um artigo que busca discutir outros assuntos que não as divisões geográficas, trabalha-se apenas o recorte geográfico, sem uma problematização dos usos geográficos e políticos do conceito região.

<sup>27</sup> GERMANI, Guiomar Inez. *Expropriados. Terra e água: o conflito de Itaipu*. Salvador: EDUFBA: ULBRA, 2003, p.71.

---

---

passassem a questionar a forma como eram conduzidas as desapropriações e indenizações.

No ano de 1978 foi criada uma associação chamada de “Arca de Noé” que buscava a “formação de grupos de base entre a população a ser expropriada, para discutirem, mais sistematicamente, a situação que estavam enfrentando e pensarem em formas de se organizarem para defender seus direitos”<sup>28</sup>. Dentre os direitos que Itaipu não garantiu aos camponeses expropriados, Germani destacou os seguintes:

- a) Itaipu havia prometido que até 1978 todos estariam indenizados e teriam condições de ir se colocando na nova área adquirida e, ao mesmo tempo, continuar ocupando a propriedade indenizada até a chegada da água. Isto não aconteceu.
- b) o preço proposto era baixo e seus critérios desconhecidos.
- c) Itaipu não entregava nem um documento ou laudo de avaliação.
- d) As indenizações eram individuais e salteadas. Cada colono decidia e discutia individualmente com Itaipu se aceitava ou não a proposta apresentada, isto é, cada colono enfrentava individualmente a máquina montada pela Itaipu, o que o colocava, de saída, numa posição desfavorável.
- e) Os posseiros não estavam recebendo nada pelas terras.
- f) Eram feitas pressões para aceitação das propostas.
- g) Na mediação feita por Itaipu, eram descontados os rios e as estradas.
- h) A rede de eletrificação não era indenizada.
- i) Antes dos expropriados receberem o valor da indenização eram descontados os financiamentos que tivessem no banco.
- j) As vilas eram indenizadas antes da área rural.
- k) O remanescente da propriedade não é indenizado.
- l) Após o alagamento, várias vilas ficarão isoladas.
- m) Muitos são idosos e não têm mais condições de enfrentar a abertura de novas lavouras.
- n) Muitos não têm senão a opção da cidade como maneira de sobreviver.
- o) Não havia nenhuma preocupação por parte da Itaipu com relação aos reassentamentos dos expropriados<sup>29</sup>.

No item “e” a autora cita a questão dos posseiros que, por não terem o reconhecimento legal de propriedade de suas terras, eram tidos como uma espécie de cidadãos de segunda classe aos quais as indenizações pagas não poderiam ser as mesmas que as feitas aos proprietários com o respectivo título. Numa passagem pela região oeste paranaense no ano de 1977, o então representante jurídico do consórcio da Itaipu Binacional, Paulo Cunha, deu a seguinte declaração ao falar sobre as desapropriações que seriam feitas para as obras da usina hidrelétrica:

Aquele que não tiver o título de propriedade e que nós comumente chamamos no interior de posseiro, esse posseiro será também indenizado. É evidente que ele talvez não receba a mesma coisa que o legítimo proprietário, aquele que tem documentação, aquele que pode ir ao banco fazer financiamento, etc. Mas esse posseiro será indenizado na quase totalidade<sup>30</sup>.

A declaração foi feita no início dos trabalhos de construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu. Nela podemos observar a diferenciação de classe que já estava consolidada na forma como os camponeses seriam tratados, mas o que se observou com o andamento das desapropriações acabou sendo que nem os que não tinham e nem os que tinham os

---

28 *Idem*, p.81.

29 *Idem*, p.74-79.

30 INFORMATIVO COPAGRIL, 1977, p.06.

títulos de propriedade e podia “ir ao banco fazer financiamento” foram tratados com justiça.

O item “n” que versa sobre a evasão dos trabalhadores rurais do campo para a cidade e a impossibilidade de esses camponeses conseguirem, nas cidades, o sustento de suas famílias. Em geral, ao saírem do campo e migrarem não iam ocupar lugares com a mínima estrutura para recebê-los, senão iam avolumar as periferias das cidades e ocupar os, já inchados, postos de subempregos. Estabelecendo residência em locais que não contavam com infraestrutura básica como escolas, saneamento básico, hospitais, etc.

O item “o” trata da questão dos reassentamentos, que não eram bem trabalhados, fosse pelos representantes do consórcio de Itaipu ou pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Havia inúmeras denúncias de que os camponeses desapropriados se deslocavam para as regiões Norte e Centro-Oeste sem nenhuma estrutura, apenas contanto com o fato de terem dinheiro suficiente para a compra da terra. Entretanto, para fazer a terra produzir não bastava comprá-la. Havia que se implementar investimentos no solo, na compra de sementes, produtos, enfim. Ademais, esses camponeses deslocados da região oeste do Paraná, em sua maioria, trabalhavam dentro de uma lógica de agricultura mecanizada, ou seja, necessitavam de insumos, defensivos, crédito, coisas que, muitas vezes, não estavam disponíveis nos novos locais de moradia.

Devido a esses motivos em julho de 1980 os camponeses organizados fizeram um cerco aos escritórios da Itaipu na cidade de Santa Helena/PR e montaram um acampamento com a finalidade de pressionar e discutir com Itaipu melhorias nos acordos e nas condições a fim de os trabalhadores terem soluções satisfatórias e definitivas para os problemas ocasionados pela construção da hidrelétrica. Esse acampamento acabou por ter resultados positivos para os camponeses, mesmo que não atendendo a todas as reivindicações, mas que ficou de exemplo para outros do trabalho organizado e da possível vitória contra o sistema que os estava expulsando de suas terras<sup>31</sup>.

Na esteira das conquistas do Movimento Justiça e Terra (MJT) se organizou o Movimento dos Agricultores Sem-Terra no Oeste do Paraná (MASTRO). Esse movimento se consolida a partir de uma iniciativa dos sindicatos rurais do oeste paranaense juntamente com a Comissão Pastoral da Terra /PR<sup>32</sup> de fazerem um levantamento sobre os camponeses que acabaram por perder suas terras. Mesmo com as vitórias do MJT essas entidades observaram que “muitos agricultores assalariados, arrendatários, meeiros, sem direito à indenização, ficariam sem-terra”<sup>33</sup>. Mais do que os atingidos pela construção da usina hidrelétrica o levantamento levou a inscrição de famílias que haviam perdido suas terras devido ao processo de modernização da agricultura. Desta forma o MASTRO passou a utilizar estratégias semelhantes as do MJT, como a exigência de reassentamento dessas famílias no próprio Paraná. A criação do Movimento dos Agricultores Sem-Terra no Oeste do Paraná foi assim noticiada pelo *Boletim Poeira*<sup>34</sup> em agosto de 1981:

---

31 SMANIOTTO, Marcos Alexandre. *A modernização conservadora na microrregião oeste do Paraná (1964-1979)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016, p.256.

32 A Comissão Pastoral da Terra (CPT) é uma entidade ligada à Igreja Católica, de caráter ecumênico, que surge a partir dos trabalhos de base feitos por membros da Igreja Católica. Tinha por linha filosófica a Teologia da Libertação, linha de pensamento latino-americana que pregava e buscava a igualdade social. Tem como um de seus expoentes o bispo D. Pedro Casaldáliga. Ela atuou junto aos camponeses brasileiros contra as opressões e violências que esses sofreram por parte dos governos, empresas e grandes proprietários. A CPT passou por mudanças ao longo de sua história, mas ainda hoje segue atuante em seu trabalho pastoral.

33 BRENNEISEN, Eliane. *Da luta pela terra à luta pela vida: entre fragmentos do presente e as perspectivas do futuro*. São Paulo: Annablume, 2004, p.23-24.

34 O *Boletim Poeira* foi um periódico editado e distribuído pela CPT/PR entre os anos de 1978 e 1987 com vistas a informar os camponeses do Oeste do que ocorria no campo. O Boletim também se propunha a suscitar discussões entre os trabalhadores rurais, buscando promover uma educação política.

É grande a necessidade de terra daqueles que nela querem trabalhar. No Rio Grande do Sul, no Mato Grosso, no Araguaia, no Paraná, na Rondônia (sic) e em toda a parte surgem conflitos e lutas pela terra. Quando o Movimento Justiça e Terra realizou as primeiras inscrições para requerer terras em Arapoti, surgiram tantos candidatos de fora da região de Itaipu, que os líderes não sabiam como atender. E os candidatos da própria área de Itaipu eram tantos que certamente a metade deles ficaria sem terra.

Vendo que havia tanta gente no Oeste do Paraná, surgiu a idéia, numa reunião de agricultores em Medianeira, de organizar um Movimento próprio, dos trabalhadores sem terra, para reivindicar o acesso à terra perante o Governo e o INCRA. Ficou claro que deveria ser terra em nossa região, por que do Mato Grosso e da Rondônia tem gente voltando... E precisava ser uma organização forte – tão forte como a necessidade da terra. Por isso precisa ser conduzido por todos os participantes, respeitando-se a opinião e as idéias de todos. A UNIÃO FAZ A FORÇA!<sup>35</sup>

É a partir desse pensamento expresso na organização inicial do Movimento dos Agricultores Sem-Terra no Oeste do Paraná, que pode ser considerado a incubadora do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) - uma referência na luta pela terra-, que as formas de agir do MASTRO foram se aperfeiçoando e ganhando cada vez mais espaço e visibilidade no início dos anos de 1980. Este movimento se inicia na fase final da ditadura civil-militar que, para o campo, contraditoriamente, é justamente um dos períodos de ampliação e intensificação da violência e da concentração fundiária no Brasil.

### Considerações Finais

A modernização conservadora que atingiu o campo brasileiro nas décadas de 1970 e 1980, que acabou por consolidar o que hoje conhecemos como agronegócio - no qual está baseada, em grande parte, a economia nacional em nossos dias-, teve impacto direto em toda a estrutura social brasileira. As cidades passaram a contar com um número cada vez maior de pessoas que, chegadas do meio rural, iam se amontoando nas periferias das cidades, provocando uma expansão forçada destas que não necessariamente estavam aptas, do ponto de vista estrutural, para receber essas pessoas.

Ao mesmo tempo as áreas deixadas por esses camponeses acabaram, por vezes, nas mãos de grandes fazendeiros e/ou empresas, provocando um aumento das concentrações fundiárias no país. Com a mecanização do campo houve a incorporação nas propriedades agrícolas dos pacotes tecnológicos que dificultaram e expulsaram num curto prazo as populações camponesas que não conseguiram se adequar às novas formas de se trabalhar a terra, de fazê-la produzir. Nesse pacote o crédito rural foi um dos meios mais utilizados por parte do governo e do capital transnacional que, no entanto, era, em sua raiz, limitado a um público muito específico de proprietários e não atendia as necessidades de vários segmentos de trabalhadores rurais existentes como os posseiros, meeiros, arrendatários, assalariados do campo.

Os ditos grandes projetos, dos quais esse artigo se ocupou da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu, vinha na mesma esteira do discurso de desenvolvimento que se propagandeou com a mecanização do campo. A construção da usina também serviria, de acordo com o governo militar da década de 1970, ao crescimento do país. Tanto a mecanização quanto a usina não se preocupavam, entretanto, com os danos sociais, culturais e, mesmo, ambientais, que a execução destes projetos teria sobre a vida das populações que habitavam

---

35 BOLETIM POEIRA, 1981, p.25-26.

o campo e a região de instalação da Itaipu.

Contudo sempre existem pessoas que, ao se organizarem, resistem às arbitrariedades impostas pelo governo e pelo capital. Mesmo que o resultado não seja o desejado por todos, esses trabalhadores acabam por formar uma linha de frente disposta a denunciar e lutar para que seus direitos sejam garantidos. Nesse contexto tivemos o Movimento Justiça e Terra (MJT) e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra no Oeste do Paraná (MASTRO) que se posicionaram e lutaram para que seu direito a terra fosse respeitado.

Recebido em: 03/08/2018

Aprovado em: 01/02/2019